

revista

mais Humana

WWW.UFF.BR/MAISHUMANA
Nº 8 | NOVEMBRO DE 2005

Mil pássaros pela paz

Crianças de Niterói
inspiram-se em
lenda do Japão e
pedem implantação
do Plano Municipal
de Enfrentamento
à Violência



Conselho Editorial
Cenira Duarte Braga,
Jacques Sochaczewski,
João Bosco Hora Góis, José Nilton de
Sousa, Maria de Fátima Vidal, Maria
Euchares Motta, Nívia Valença Barros,
Renata Silva Borges,
Rita de Cássia Santos Freitas

Consultoria e Assessoria
Profa. Dra. Maria Euchares Motta
Profa. Dra. Nívia Valença Barros
Profa. Dra. Rita de Cássia Freitas
Prof. José Nilton de Sousa
Prof. Jacques Sochaczewski

Editora Executiva
Nívia Valença Barros

Redação e Edição
Jacques Sochaczewski

Projeto Gráfico e Edição de Arte
Stefano Figalo

Bolsista
Camila Fernandes Pinto

Produção
FSDC Comunicação
(21) 2637-1705



Reitor
Prof. Cícero Mauro Fialho Rodrigues

Vice-Reitor
Prof. Antonio José dos Santos Peçanha

Pró-Reitor de Extensão
Prof. Luís Antonio Andrade Botelho

Diretor do Centro de Estudos Sociais
Prof. Luiz Pedro Antunes

Correspondência
Revista MaisHumana
revistamaishumana@vm.uff.br

Núcleo de Proteção Social
Campus do Gragoatá, Bloco E, Sala 418
24210-350 – São Domingos – Niterói – RJ

Sumário

PESQUISA 04

Comitê de Ética amplia atuação na UFF

SAÚDE 06

Projeto estuda aplicação da Integralidade

CAPA 08

Crianças de Niterói reivindicam paz

PALESTRAS 09

Trocando Idéias completa ciclo 2005

MEMÓRIA 10

Os 60 anos da Escola de Serviço Social

EVENTO 12

MaisHumana promove lançamentos

EXTENSÃO 15

A ESN na Semana da PROEX

COLUNAS

O direito à água e à vida 7

Jacques Sochaczewski

Direitos Humanos e Sociais 13

Nívia Valença Barros

A bioética do cotidiano 14

Camila Fernandes Pinto

revista

mais humana

EDITORIAL



Comemoram-se este ano os 60 anos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Foi organizada, em agosto, uma programação que incluiu palestras, mesas-redondas, festas e uma homenagem às fundadoras da ESS. Durante o evento - que coincidiu com a deflagração da greve na universidade - muitos fatos aconteceram. Um deles me chamou mais a aten-

ção: uma faixa preta na entrada do prédio da escola afirmando que nesses 60 anos não havia o que comemorar.

Esse editorial quer justamente afirmar que existe muito a comemorar. Fui responsável (junto a toda nossa equipe) pela organização da homenagem às fundadoras e por uma exposição de fotos recontando um pouco da história da escola. Acreditamos, efetivamente, que foram 60 anos de memórias e lutas. Lutas para se construir uma profissão, para do nada criar um saber e uma metodologia própria. Lutas para garantir um espaço onde mulheres exerceram - e CRIARAM - uma profissão. Comemorar esses 60 anos é poder reafirmar todo o legado de avanços que nos foi deixado. Isso não significa que não tenhamos nada para reivindicar ou que a luta tenha acabado. Ao contrário, existe um grande caminho pela frente.

As pioneiras nos legaram uma escola e um saber fazer que precisa ser aprimorado. Nesses anos formamos muitos profissionais que hoje estão nas instituições trabalhando e supervisionando nossos alunos, formamos muitos professores dessa universidade ou de outras. A Escola tem presença marcante em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro por conta dos

alunos que vem formando e que voltam para dialogar conosco. Temos uma pós-graduação que contribuiu para a qualificação de muitos profissionais.

Esta Escola é fruto de muitos esforços.

Comemorar seus 60 anos é celebrar seu compromisso, reafirmar o legado de avanços que nos foi deixado para ser avançado.

A história oficial não elucida as especificidades e o protagonismo daqueles (as) que lutam e desejam uma sociedade melhor; que lutaram e desejaram a construção de um outro Serviço Social, transcendendo as origens e os estereótipos que o embalsamaram no bojo do assistencialismo, despolitizando todas as formas de inserção dos sujeitos, sobretudo, das mulheres - precursoras da alteração dos palcos de ajuda em arenas de consolidação da vida política.

Ao pensar pela primeira vez na comemoração desse aniversário, escrevi um texto que começava assim: "Contar uma história é também lembrar vidas. São as atividades diárias que realizamos em nosso dia-a-dia que transformam os acontecimentos em fatos a serem rememorados". É assim que construímos nossas memórias. A preocupação com a conservação da memória é recorrente em nosso grupo. Partimos do pressuposto de que toda profissão é construída através de várias pessoas e gerações. Resgatamos aqui essa memória, para que as novas gerações não pensem que tudo começou agora, e principalmente, que termina aqui. Convivemos com vários problemas, mas apesar disso somos daquelas e daqueles que acreditam que ainda assim temos o que comemorar - e entendemos ser este o lugar propício para discussões acadêmicas e para trocar algumas idéias e expor um pouco do nosso trabalho e (por que não dizer?) da nossa vida.

Rita de Cássia Santos Freitas

PROEX

UFF

Universidade Federal Fluminense

A Revista **MaisHumana** é uma publicação do Projeto Ética e Cidadania - Ações Mais Humanas, registrado na PROEX/UFF. Coordenação do Projeto: Profa. Rita de Cássia Santos Freitas, Profa. Nívia Valença Barros, Profa. Cenira Duarte Braga, ESSN. Patrocínio Sesu/MEC

FEC
Fundação
Euclides da Cunha

SESU-MEC

Comitê de Ética se renova e trabalha para ampliar áreas de atuação na Universidade

Desde 10 de outubro de 1996, quando o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Resolução 196, ficaram estabelecidas diretrizes e normas claras e obrigatórias que regulamentam qualquer pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil - abrange também as pesquisas que não sejam da área da Saúde. A mesma resolução determinou que a avaliação de tais pesquisas seja feita por um dos Comitês de Ética em Pesquisa - CEP aprovados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP (há 443 no Brasil, 47 localizados no Estado do Rio de Janeiro). Os CEPs, colegiados interdisciplinares e independentes de caráter consultivo, deliberativo e educativo, têm por objetivo "defender os interesses dos sujeitos da pesquisa, em sua inte-

gridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos".

Na Universidade Federal Fluminense, o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina/Hospital Universitário Antônio Pedro (CEP-CMM/HUAP) conta com uma experiência acumulada de mais de seis anos, tendo avaliado mais de 850 protocolos de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento, no campo das Ciências da Saúde. Vencida grande parte da desconfiança inicial daqueles que entendiam os Comitês de Ética como um entrave burocrático a se somar às dificuldades habituais de se realizar pesquisa em uma instituição pública, e superada a inexperiência da equipe que iniciou os trabalhos, o CEP-CMM/HUAP inaugura um

novo momento, encontrando-se, hoje, totalmente incorporado ao cotidiano da instituição.

Criado em 1999, o CEP-CMM/HUAP foi renovado em 2001 e em 2005. Neste ano, após amplo processo de discussão, o Comitê procedeu a importantes modificações regimentais, principalmente no que se refere a sua composição. Embora a grande maioria dos protocolos de pesquisa avaliados pertença às áreas de medicina, enfermagem e odontologia, os primeiros anos de trabalho apontaram para a necessidade de diversificar e ampliar esse olhar.

- Por determinação estatutária, nenhum CEP pode ter mais de 50% de membros da mesma profissão para ser regulamentado. Mesmo que 100% dos trabalhos ainda sejam oriundos da área da saúde, sentimos necessidade de um olhar ainda mais diversificado para contemplar outros sítios do conhecimento, tais como filosofia, psicologia, direito, estatística. Daí termos buscado ampliá-lo ainda mais agora - comenta Rosângela Arrabal, Secretária Executiva do Comitê.

Nos últimos anos, o CEP-CMM/HUAP vem ampliando a sua atuação para além da avaliação de projetos de pesquisa. Como resultado disso, durante o ano de 2005, colaborou com diversos cursos de capacitação nas instituições participantes do Projeto de Fortalecimento dos CEPs, proposto através do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Além disso, temas relacionados a bioética e ética em pesquisa estão sendo, paulatinamente, incluídos nas grades dos cursos de graduação e pós-graduação da UFF, o que tem sido implementado com a participação de alguns integrantes do CEP.

Segundo Rosângela Arrabal, há uma tendência natural de receber e avaliar mais projetos da área de saúde, porque envolvem





Rosângela Arrabal

mais diretamente os seres humanos e porque a criação desse sistema de comitês de ética tem origem nas demandas das ciências da saúde. Contudo, a Resolução 196 preconiza que toda pesquisa envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, deve ser avaliada.

- Entrevistas são entendidas como pesquisa com seres humanos. Uma Observação feita por um pedagogo em sala de aula, é uma pesquisa envolvendo seres humanos e precisa seguir os parâmetros da Resolução - acrescenta.

O trabalho do CEP é avaliar os protocolos dos trabalhos de pesquisa a serem feitos na

instituição ou em outras instituições que não tiverem Comitê. O CEP buscará ajustar esses trabalhos à legislação, avaliando desde as condições prévias da instituição como suas condições de arcar com possíveis conseqüências daquele trabalho. O pesquisador deve dar retorno de resultados e de possíveis benefícios aos participantes de pesquisas.

- Outra atribuição do Comitê é o acompanhamento. Quando aprova um procedimento, o Comitê de Ética torna-se co-responsável por esse procedimento. Precisa gerar meios de acompanhar essa pesquisa, ver se está sendo desenvolvida de acordo com a forma como foi proposta. Na prática, todos os comitês informam que não têm dado conta dessa tarefa. Só a avaliação de projetos já demanda grande parte do tempo. As pessoas que compõem os comitês não são remuneradas, não podem ser, nem se dedicar a esse trabalho com exclusividade, e em geral não têm liberação de horários para isso. Elas têm outras atividades em suas instituições - diz Arrabal.

A fase atual do trabalho na UFF é popularizar a atuação do CEP e sensibilizar os pesquisadores, ou seja, tornar a Resolução conhecida. Segundo Rosângela Arrabal, a apresentação das pesquisas científicas aos CEPs é cada vez mais necessária. O documento de

TANTO AS AGÊNCIAS DE FOMENTO QUANTO CONGRESSOS E REVISTAS CIENTÍFICAS TÊM EXIGIDO DE PESQUISADORES O DOCUMENTO DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA PARA A ACEITAÇÃO DE TRABALHOS E O FINANCIAMENTO DE PESQUISAS

aprovação tem sido exigido na submissão de trabalhos a revistas e congressos científicos. O mesmo fazem diversas agências de fomento, como requisito para aprovar financiamento.

- O movimento veio da área de saúde - diz Arrabal. - Foi constituído no Ministério da Saúde, e até a linguagem da Resolução passa como primeira imagem um projeto de assistência à saúde. Uma das coisas que eu proponho é que se faça um ajuste dos próprios termos dessa Resolução, para que pesquisadores das áreas das Ciências Humanas e Sociais se veja incluído ali. No cadastramento, feito on-line, a folha de rosto pede o número de sujeitos envolvidos. Isso já poderia bloquear a inclusão de pesquisa qualitativa que não tivesse número de sujeitos pré-determinado. ■

O objetivo da Resolução 196 é estimular as instituições que fazem pesquisas científicas a formar seus CEPs, orientando os pesquisadores quanto às normas éticas. Embora o Brasil não tivesse leis regulamentando este tipo de pesquisa até a edição da 196, era signatário de protocolos internacionais que vieram a fundamentar a Resolução, principal legislação nacional e a partir da qual também vêm sendo emitidas Normas para temas específicos.

Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado. As exigências fundamentais são:

"Consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade;

"Ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;

"Garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);

"Relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade)."

A Resolução fundamenta-se nos principais documentos internacionais

que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos: o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964 e suas versões posteriores de 1975, 1983 e 1989), o Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991). Cumpre as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata: Código de Direitos do Consumidor, Código Civil e Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Saúde 8.080, de 19/09/90 (dispõe sobre as condições de atenção à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes), Lei 8.142, de 28/12/90 (participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde), Decreto 99.438, de 07/08/90 (organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde), Decreto 98.830, de 15/01/90 (coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no Brasil), Lei 8.489, de 18/11/92, e Decreto 879, de 22/07/93 (dispõem sobre retirada de tecidos, órgãos e outras partes do corpo humano com fins humanitários e científicos), Lei 8.501, de 30/11/92 (utilização de cadáver), Lei 8.974, de 05/01/95 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados), Lei 9.279, de 14/05/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), e outras.

Pesquisa aponta falta de Integralidade na gestão do SUS

O trabalho envolve professores e alunos de Serviço Social da UFF e da UERJ, e busca examinar de que maneira os municípios de Duque de Caxias e São Gonçalo (RJ) vêm implementando a integralidade na organização dos sistemas locais de saúde



Quatro dimensões associadas à gestão de sistemas de atenção integral à saúde servem de referência à pesquisa "Implementação da Integralidade na organização dos sistemas municipais de saúde: um estudo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro": 1) primazia das ações de promoção e prevenção; 2) garantia de atenção nos três níveis de complexidade da assistência médica; 3) articulação das ações de promoção, prevenção e recuperação e 4) abordagem integral do indivíduo. Cada uma destas dimensões está relacionada a um determinado campo de intervenção: a primeira ao campo político de definição de prioridades, a segunda à organização do sistema de atenção stricto sensu, a terceira à gestão do sistema e a quarta ao cuidado individual.

O foco nos municípios de São Gonçalo e Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, busca contemplar a complexidade que envolve a organização de sistemas municipais de saúde em regiões metropolitanas, tendo em vista a existência de enormes barreiras ao acesso aos serviços de saúde e a oferta

consolidada de uma rede assistencial desarticulada e mal distribuída. Considera ainda diferentes condições e estágios de gestão dos sistemas municipais, à medida que São Gonçalo se enquadra na condição de gestão plena de atenção básica (GPAB) enquanto Caxias está habilitado na condição de gestão plena do sistema municipal (GPSM).

De acordo com os pesquisadores, o termo integralidade tem um caráter polissêmico. Alguns autores reiteram a potência do termo para designar atributos desejáveis na configuração do SUS e nas próprias práticas de saúde, por contraste a aspectos centrais das práticas e do sistema de saúde existente. Neste contexto, Mattos ("Os Sentidos da Integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos") identifica três grandes conjuntos de significados que a integralidade pode assumir: a) um conjunto de atributos e valores de algumas práticas de saúde; b) atributos de alguns modos de organizar os serviços de saúde; e c) características de alguns programas de saúde vol-

tados para grupos sociais específicos.

Nas duas últimas décadas, o sistema de saúde brasileiro tem passado por significativas alterações no seu desenho organizacional. Se neste processo a descentralização e a participação popular apresentam avanços substanciais, estudos têm demonstrado que a diretriz da integralidade, no entanto, permanece ainda pouco incorporada ao cotidiano da atenção à saúde, com repercussões óbvias na qualidade e na resolutividade das ações e serviços. A pesquisa, que integra UFF e UERJ, orienta seu estudo para a organização dos serviços e os processos de gestão vigentes no sistema municipal de saúde como um todo, não se ocupando dos processos atinentes à dimensão das práticas profissionais nem de programas específicos.

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a operacionalização de suas diretrizes básicas - descentralização, integralidade da atenção e participação social - têm remodelado o perfil da atenção à saúde historicamente consolidado no país. O sentido



A Profa. Dra. Mônica Senna, da UFF, coordena a pesquisa.

de tais mudanças aponta de forma inequívoca para o fortalecimento dos municípios na gestão e execução das principais ações e serviços de saúde, através da progressiva transferência de um conjunto de recursos, atribuições e responsabilidades, antes exclusivos da esfera central, para este nível de governo. No entanto, ainda hoje os municípios se encontram em estágios diferenciados na assunção dessas responsabilidades, abrindo espaço para uma grande diversidade de experiências na organização dos sistemas municipais de saúde.

A integralidade da atenção, ressaltam os pesquisadores, constitui um princípio orientador das propostas de reforma setorial no Brasil desde o início dos anos 1980, configurando uma resposta à tradicional dicotomia entre ações de caráter individual e aquelas no campo da Saúde Pública. Ao longo desta década, o termo foi aplicado, sobretudo, para programas de atenção a grupos populacionais específicos, notadamente aqueles voltados para a mulher, criança e adolescente. Assumida como uma das diretrizes para organização do SUS e para garantia do direito universal à saúde tal como inscrito na Constituição de 1988, a noção de integralidade da atenção foi, no entanto, pouco trabalhada enquanto orientadora de mudanças no modelo assistencial, não obstante a adoção recente de medidas indutoras a iniciativas municipais voltadas para reorientação dos sistemas locais com base na atenção integral, donde se destacam a NOB SUS 1/1996 e a NOAS 1/2001. ■

Água de beber ainda é um direito a conquistar

Jacques Sochaczewski

O direito a um meio ambiente equilibrado inscreve-se entre os chamados Direitos de Terceira Geração. São direitos difusos, de titularidade coletiva. Entretanto, entre as características que definem os Direitos Humanos como tais está a sua Indivisibilidade. Significa que não devem ser analisados isoladamente.

Os dois primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos contém princípios gerais de liberdade, igualdade, fraternidade e não discriminação. O artigo 3º, portanto, torna-se o primeiro a enunciar direitos específicos, ao dizer que "todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

A VIDA, portanto, precede qualquer outro direito. Como ter direito a ela sem segurança social, sem sustentação econômica? Antes: há quem viva sem Ar ou Água? Nesse sentido, mais que um direito ambiental, a manutenção das reservas hídricas envolve nosso direito de beber água, que é fundamental.

Parece óbvio que a existência do ser humano, por si só, já lhe garante o direito de "consumir" água. Nossa organização sócio-econômica, contudo, desmente essa "teoria". Mais de 1,5 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável salubre; quase 2,5 bilhões vivem sem saneamento. "Não ter acesso à água significa não ter acesso à vida. Ou seja, nossa sociedade aceita que o direito à vida não é de todo mundo", resumiu Riccardo Petrella em entrevista recente.

Petrella, cientista social italiano, é fundador do Comitê Internacional para o Contrato Mundial da Água, e um expoente da luta pela garantia de seu uso. A idéia do Contrato é retirar do setor privado multinacional e desregulamentado o controle sobre os recursos hídricos, que devem ser gerenciados como um bem comum público mundial. Sob os pontos de vista econômico, financeiro e tecnológico, assegura Petrella, em uma geração - em 15 a 20 anos - pode-se garantir água potável para todos no planeta.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, uma vida decente depende do consumo doméstico de 50 litros diários de água, por pessoa. Na Tunísia a taxa é de 13 litros. Na Suécia, 119 - que se saiba, vive-se muito bem na Suécia. No Brasil, país que detém 11% dos recursos hídricos mundiais, 45 milhões de pessoas não têm acesso à água potável, embora a média de consumo pessoal supere 100 litros diários. Países mais desenvolvidos são também os mais perdulários, e ostentam consumos abusivos de água, ressaltava o cientista: Itália, 233 litros; Canadá, 400 (o prefeito de Montreal, onde se consome 600 litros, chegou a baixar uma lei proibindo que se lavasse carros com água da bica em dias de chuva, narra Petrella); Estados Unidos, 800 litros em média - ao contrário do Brasil, média para baixo, pois em cidades da Califórnia, construídas no deserto com jardins e piscinas, registram-se taxas de 4.100 litros por pessoa por dia.

A quantidade de água no planeta é a mesma de 30 milhões de anos atrás. A questão é que, dos 2,5% de água doce, a parte potável e acessível vem-se reduzindo. Os usos agrícola e industrial, poluidores (bem como o uso doméstico), buscam água cada vez mais profunda, e usam-na mais intensa e rapidamente do que a natureza é capaz de reconstituir. A água, que nas últimas décadas foi privatizada e transformada em mercadoria pelo capital internacional, torna-se cada vez mais rara, e cara. Também é cada vez mais raro o tempo para mudarmos esse quadro a tempo. Ou teremos que admitir que o Alien somos nós.

Mil tsurus simbolizam o desejo pela paz

O desejo de ver aprovado o esperado Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente motivou comunidades de Charitas e Jurujuba, em Niterói, a uma empreitada tanto trabalhosa quanto bela, que lhes exigiu dedicação e paciência. Durante cerca de um mês, crianças e adultos ocuparam o tempo livre aprendendo e fazendo dobraduras de papel. A meta, ambiciosa, foi atingida: em 4 de outubro, Dia Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente em Niterói, entregaram oficialmente mil tsurus à Rede Municipal.

A ave tsuru é tida como símbolo do origâmi, arte japonesa de fazer dobraduras com papel. O tsuru simboliza saúde, fortuna, boa sorte e felicidade. Diz a lenda que quem fizer mil dobraduras desse pássaro, com o pensamento voltado para aquilo que deseja alcançar, terá bons resultados. A tradição japonesa manda oferecer mil tsurus para que uma pessoa doente se restabeleça o quanto antes. Em cada figura dobrada, a pessoa deposita sua fé e esperança.

Membros da Rede mandaram alguns origâmis aos moradores de



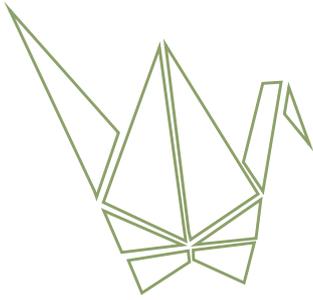
Charitas e Jurujuba, ajudando-os a completar no prazo os mil tsurus pela paz. A entrega de uma grande caixa com todos os origâmis foi um momento importante nas atividades do Dia Municipal, pois destacou a importância que a paz e o Plano adquiriram para a população, especialmente as crianças. Além disso, ficou evidente sua capacidade de realização, aliada a uma paciência nada comum em crianças e a um feito que conseguiu mesclar força e delicadeza.

Entre outras atividades do 4 de outubro, instituições do Comitê de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região Oceânica realizaram seu primeiro ato público desde a implantação do Conselho Tutelar da região. Com faixas, desenhos e cartazes confeccionados pelas crianças e adolescentes, estes se manifestaram sobre o referendo do comércio de armas e sobre a violência em geral. Para os moradores presentes na Policlínica Comunitária de Itaipu, local do evento, foram entregues folhetos explicativos sobre a data.

A implantação imediata do Plano é reivindicação comum aos órgãos de proteção, que conformam a Rede Municipal de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Niterói. O Plano de enfrentamento foi aprovado por resolução do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município, e visa formar e fomentar a intersetorialidade e interinstitucionalidade das políticas sociais, para que estas se efetivem e permitam atingir a meta de romper este ciclo de violência.



A ADOLESCENTE JAPONESA
SADAKO SASAKI COMEÇOU A FAZER
DOBRADURAS QUANDO LUTAVA CONTRA
A LEUCEMIA CAUSADA PELA RADIOATIVIDADE
DA BOMBA DE HIROXIMA. APÓS SUA MORTE,
ELA INSPIROU O MONUMENTO
DAS CRIANÇAS CONSTRUÍDO NO PARQUE
DA PAZ, NAQUELA CIDADE.



Onde termina a lenda e começa a realidade? Que realidade existe por trás de uma lenda? A japonesa Sadako Sasaki tinha quase dois anos quando a bomba atômica explodiu a poucos quilômetros de sua casa, em Hiroxima. A explosão e o calor não a atingiram. Ela, a mãe e o irmão mais velho correram, e durante a fuga tomaram um banho de

chuva preta radioativa que caiu ao longo do dia.

Sadako manteve-se aparentemente saudável e pensava em ser corredora até os 12 anos, quando desenvolveu leucemia como consequência da radiação de dez anos antes. Sua melhor amiga, em uma visita ao hospital, lhe falou sobre a lenda do tsuru da sorte e sugeriu que ela dobrasse os mil tsurus para se curar. Sadako começou a fazê-lo, e não desistiu mesmo piorando a cada dia devido à doença.

Dobradura por dobradura, repetia sua promessa a cada pássaro. Um dia, muito cansada, ela pegou um dos origamis e escreveu nele a palavra "paz". Teria dito ao tsuru: "Eu escreverei paz em suas asas e você voará o mundo inteiro". Um dia depois, quando veio a morrer, em 25 de outubro de 1955, a menina tinha feito 964 tsurus. Amigos do colégio completaram os mil tsurus de papel que faltavam, a tempo de levá-los ao enterro da amiga, dando início a uma campanha nacional pela construção de um monumento em memória de Sadako e de todas as crianças feridas ou mortas pelo efeito da bomba.

Estudantes de mais de 3.000 escolas no Japão e de outros países contribuíram, e em 5 de maio de 1958 o Monumento da Paz das Crianças foi inaugurado no Parque da Paz de Hiroxima. Desde então, em todos os anos, pessoas do mundo inteiro enviam tsurus de papel para o Parque. Os tsurus ficam depositados no monumento, em volta do qual se comemora o Dia da Paz, em 6 de agosto. O tsuru, que a lenda eternizou como amuleto de saúde e sorte, tornou-se um símbolo internacional do movimento pela paz e pelo desarmamento nuclear.

A paciência, a coragem e a esperança de Sadako Sasaki, mesmo diante da dor e da morte, deu às crianças de todo o mundo a certeza de seu poder, de que trabalhando juntas podem pretender um mundo melhor. É a mesma esperança das crianças de Niterói.



O 4 de Outubro marcou o primeiro ato público na Região Oceânica

Trocando Idéias



Com atividades mensais, o ciclo Trocando Idéias: Questões Sociais da Atualidade encerrou sua programação de 2005, estando certa a retomada das palestras em 2006. O projeto é promovido no Hospital Universitário Antonio Pedro pelo Serviço Social da instituição, em conjunto com a Escola de Serviço Social de Niterói, também da UFF.

O ciclo foi aberto em março, com o tema *Violência intrafamiliar contra criança e adolescente*, apresentação da Tese de Doutorado da Profa. Nivia Valença Barros. Prosseguiu com o tema maternidade e violência, quando a Profa. Rita de Cássia Freitas apresentou sua tese de Doutorado, *Mães em Luta*. O ciclo teve ainda as palestras *Olhares: criança e adolescente*, um debate com autores do livro que teve na mesa Profa. Nivia Valença Barros, Profa. Cenira Duarte Braga, Marilene Carneiro e Gisele Moraes Pedro; *Relatos de pesquisa na área de saúde*, apresentados por Ana Paula Rangel, Naira Maria Maciel, Amanda da Silva Araújo, Sandra Ricardo e Michele Canto; *Notificação na área de saúde*, palestra de Maria Euchares Motta; *O Programa SOS Mulher e o projeto Observatório de Violações de Direitos*, tema apresentado por Profa. Rita de Cássia Freitas, Leila Guitorini, Viviane Carmem, Ana Barros e Roseli Rocha.

As palestras atraíram bom público ao Auditório Argemiro de Oliveira, sempre nas últimas quintas-feiras do mês, tendo proporcionado oportunidades de discussão e de intercâmbio entre setores e instituições.



Escola de Serviço Social completa 60 anos de lutas

Momentos de reflexão e de festa vêm marcando os 60 anos de existência da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, fundada em 23 de agosto de 1945, em Niterói, e que tem atualmente mil alunos na graduação, em dois turnos. A pós-graduação, com o mestrado em Políticas Sociais, implantado em 2001, conta com mais de 50 alunos.

A aula inaugural "Serviço Social Contemporâneo", ministrada em março pela Prof.^a Dr.^a Marilda Yamamoto, deu início a uma série de eventos mensais comemorativos, entre palestras, atividades culturais, exposições. O mês de agosto, porém, concentrou essas atividades. Durante duas semanas consecutivas, a ESS recebeu colegas de faculdades irmãs, em palestras e mesas-redondas. Foi feita uma homenagem aos professores fundadores da ESS (foto), e houve mesmo um baile na Escola.

Em novembro e dezembro, a ESS reali-

zará um seminário sobre questão social, políticas públicas e formação profissional em serviço social, em conjunto com ABEPSS e a ALAETS (ver quadro).

Anos 40: demandas sociais

Os anos 40 foram anos de grande movimentação na área social. O final do Primeiro Governo Vargas viu emergir um grande número de instituições nesta área. A criação da LBA, em 1942, demarca uma redefinição no Estado brasileiro com a incorporação da pobreza e da miséria ao discurso oficial. Esse é o "mote" que gerou a necessidade de profissionais preparados para atuar na área social. Já na década de 30 surgiam as primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil.

A criação da escola foi uma iniciativa da Primeira-Dama do Estado D. Alzira Vargas, que criou inúmeras comissões para atender às várias demandas emergentes no período.

Entre estas, estava a criação da Escola, que em 13 de setembro de 1961 foi incorporada à recém-criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (hoje UFF). Trata-se de uma escola criada por mulheres e que foi gerenciada, em grande parte, por mãos femininas. Mulheres de Niterói, mulheres do interior do Estado que saíam de seus cotidianos e adentravam o mundo público.

- As primeiras escolas de Serviço Social surgiram com a marca forte do discurso católico, enquanto a escola de Niterói tem sua identidade assentada no Poder Público, ainda que possua em seu interior mulheres de formação católica. É importante realçar as especificidades regionais, principalmente em uma tradição histórica que está profundamente marcada por uma visão "são-paulocêntrica" de pensar o Serviço Social. O esforço de registrar a história das primeiras escolas, em São Paulo, não pode nos impedir



de captar as diferenças culturais, regionais. Ainda está por se fazer uma história que restitua a cada sociedade o resgate do seu processo histórico – comenta a Profa. Rita de Cássia Freitas.

Uma das pioneiras da Escola, Violeta Campofiorito, teve um papel importantíssimo na instalação da Reitoria no prédio do antigo Cassino Icaraí. A UFF, que ainda hoje funciona em instalações descentralizadas, naquela época era ainda menos unificada.

- Dona Violeta estava passeando pela cidade quando exclamou: "Ah!, a Reitoria podia ser aqui!" - conta Cenira Duarte, Professora da ESS. - Esse momento foi importante, porque começamos a viver uma cidade universitária.

Integração e resistência

Para Cenira Duarte, a atuação da Escola foi especialmente importante na década de 1970, quando no meio acadêmico organizaram-se movimentos de resistência à ditadura militar.

- A Escola sempre foi um lugar muito especial de encontros, de respeitabilidade. Ajudou Niterói a se tornar uma cidade universitária, que passa pela organização dos estudantes contra a ditadura, por exemplo, a construção do DCE. Havia um contato com estudantes de outras áreas, principalmente o pessoal da medicina, da engenharia, da economia. Tínhamos as festas, que eram festas mesmo, mas também encobriam um movimento político muito forte.

Segundo Cenira Duarte, Niterói vivia uma época de efervescência cultural. Formaram-se espaços de frequência essencialmente universitária, como o até hoje lembrado Petit Paris. Não era só o fazer político, mas toda uma apreensão de um mundo novo.

- Também convivemos com prisões, o desaparecimento de amigos, inclusive alunos da escola de Serviço Social.

Entrou para a História a estratégia do cafezinho: mais de uma vez, homens da ditadura invadiram a Escola de Serviço Social procurando por alunos ou professores. A pri-



meira providência era convidá-los para um cafezinho. Nada a estranhar, afinal, eram mulheres que convidavam, todas muito boas anfitriãs. Até que, algum tempo depois, os homens perceberam que o amistoso café, bem quente, poderia estar proporcionando um tempo extra para quem precisasse sair do prédio.

- Em 1964, por exemplo, foi colocado um pano preto no prédio da escola, como sinal de luto. Foi a única escola a fazer luto pelo golpe militar de 64, e foi extremamente perseguida. A escola era chamada de "Moscuzinho de Niterói". Estudantes se encontravam no porão, o porão da democracia, ou da resistência. Mais do que encarnar essa resistência, a escola evidenciou em especial a inserção das mulheres na política e nos movimentos de mulheres que vieram depois - finaliza.



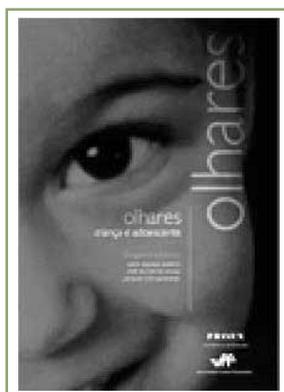
Seminário Latino-Americano pretende rearticular categoria

No momento em que a Universidade Federal Fluminense dedica 2005 ao Programa Interlatitudes, a ESS/UFF ultrapassa fronteiras na comemoração de seus 60 anos, sediando o Seminário Latino-Americano e Caribenho sobre Questão Social, Políticas Públicas e Formação Profissional em Serviço Social. O evento é organizado por esta Escola em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com o apoio de Escolas de Serviço Social brasileiras, latino-americanas e caribenhas.

O Seminário acontecerá no período de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2005, e tem como objetivos centrais: a) promover a reflexão conjunta sobre os desafios comuns postos no enfrentamento da questão social; b) possibilitar o intercâmbio das diversas experiências do Serviço Social latino-americano e caribenho; e c) contribuir para o processo de rearticulação da categoria profissional e das instituições de Serviço Social do continente. Parte da programação já está confirmada, e consta do site www.uff.br/ess.

Projeto Mais Humana promove lançamentos simultâneos na ESSN

“OLHARES: CRIANÇA E ADOLESCENTE” É UMA COLETÂNEA QUE REÚNE ARTIGOS DE PROFISSIONAIS DA ÁREA, AGLUTINANDO E FAZENDO CONVERGIR SUAS DIVERSAS ABORDAGENS SOBRE A QUESTÃO



Transformou-se em uma festa de conagração o evento Olhar Cultural, organizado pelo Projeto MaisHumana na Escola de Serviço Social da UFF. Para festejar o lançamento simultâneo de quatro publicações, foram convidados músicos da Orquestra de Violinos da Grotta do Surucucu, cuja apresentação emocionou a todos. Uma exposição de telas produzidas pelo Espaço Cultural Meg Carvalho, que funciona em Maricá, enriqueceu o ambiente. A festa foi encerrada com um show musical de alunos da própria escola. A cantoria foi geral, e o Espaço Avançado da ESS ficou pequeno.

Foram lançados o livro *Olhares: criança e adolescente*, coletânea de diversos autores organizada pelos Professores Nivia Valença Barros, José Nilton de Sousa e Jacques Sochaczewski; e o livro *A miséria da periferia*, do Prof. André Augusto Brandão; também foram lançadas a *Revista MaisHumana* (n.7) e a *Revista Gênero*. Organizadores e autores puderam dialogar com o público individualmente, e também apresentar seu trabalho em rápidas palestras.





A coletânea Olhares: criança e adolescente reúne artigos de profissionais comprometidos com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. O livro tem sua maior relevância em aglutinar, de forma cuidadosa, conceituações, trajetórias e práticas, entre outros fatores em geral tratados sob abordagens diferentes e muitas vezes dispersas. Questões fundamentais neste trabalho dizem respeito também às práticas de proteção social, nem sempre consideradas, mas que se destacam como prevenção para a consolidação dos direitos da criança e do adolescente no país.

Os textos lançam idéias sobre temas como Violência, Atos Infracionais, Notificação Compulsória, Meio Ambiente, Estatuto, Família, Toxicomania, Participação, Comportamentos, Rede, Políticas Públicas, Universidade, Divórcio, Capacitação, reflexo da riqueza das discussões promovidas por ocasião dos cursos do Projeto Formação de Agentes de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O livro, uma edição da PROEX e do NPHPS, é produto deste projeto, igualmente patrocinado pela Sesu/MEC com apoio da FEC-UFF.

Maiores informações sobre o livro e o conteúdo dos artigos estão no site de **MaisHumana**.



O diálogo das diferenças: consolidação dos Direitos Humanos e Sociais

Nivia Valença Barros

As sociedades ocidentais contemporâneas têm se caracterizado por seu caráter plural que representa um multiculturalismo em sua formação societária. De acordo com esta conformação é necessário se refletir sobre quais as exigências para a formulação de proposições pró-ativas para o atendimento de diversos interesses, muitas vezes conflitantes, nas relações societárias. As relações de poder constituem-se em um papel determinante, pois representam a forma como os sujeitos sociais, os diferentes grupamentos sociais, as entidades organizadas e as instituições se posicionam em face desta pluralidade cultural.

Paradoxalmente, a pluralidade e a diversidade presentes em nossa formação societária se contrapõem e contraditoriamente interage com intensas desigualdades sociais que tem como respostas a tais situações, ao invés de efetivas transformações sociais, disposições à homogeneização e a padronização cultural. As contraposições entre homogeneização e diversificação representam também um movimento dinâmico, de muita luta, de complexidade, de tensionamentos, competições, naturalizações de ação e mais recentemente de crescente banalização que contribui para reter muitos dos avanços conquistados pelos movimentos em prol do respeito à diversidade, a pluralidade e aos direitos humanos e sociais. Este panorama homogeneizador se concretiza pelas agressões - tanto pelas mais materiais quanto pelas simbólicas, pelas perseguições e discriminações, pela violência, pela xenofobia, e principalmente, pela exclusão social e desrespeito aos direitos humanos e sociais.

Na sociedade brasileira foi bastante veiculada a concepção de "democracia racial" em que se preconizava o paraíso da estrutura social em que se primava pelo tratamento igualitário para todos os cidadãos. Mas, a história tem nos apresentando situações de extremas desigualdades sociais, de miserabilidades, de discriminação racial/étnica, de opressão da mulher, de preconceitos contra o homossexual, de violência e descaso contra crianças, adolescentes, idosos e aos portadores de deficiências.

O diálogo das diferenças se faz, entre outros fatores pela gestão das políticas de igualdade de oportunidades e de tratamento; pelo reconhecimento que as questões raciais e sociais são elementos essenciais para a efetivação das políticas sociais e para o diálogo das diferenças. Neste sentido, para se tornar este diálogo possível podemos elencar como fundamentais: a) o reconhecimento público do princípio anti-racista e de combate a toda forma de discriminação social seja de gênero, etnia, idade, posição social, orientação sexual, entre outras, como base para as políticas sociais em nosso país e no mundo; b) consolidar políticas de enfrentamento e combate a toda forma de discriminação; c) implantação de políticas de apoio à pesquisa científica, tecnológicas e sociais o incentivo e a igualdade de tratamento para projetos referentes aos direitos sociais e humanos, tendo como foco, às relações sociais étnicas/raciais, de gênero, entre outras.

Redes sociais e bioética do cotidiano: uma relação direta

Camila Fernandes Pinto

Timidamente, começamos a pensar nos dilemas da bioética dentro de nossos microespaços de atuação. Afinal, qual é a relação desta matéria com os estudos sociais contemporâneos? Nos deteremos aqui nas questões de saúde reprodutiva. Aquelas que dizem respeito a reprodução e continuidade da vida humana. Para tratar deste tema, é tentador ir até o cotidiano das histórias femininas sobre contracepção.

Certamente, não esquecemos do masculino neste assunto. Mas há que se ponderar que, apesar de toda uma propaganda do homem pós-moderno e sua participação na vida privada, no dia-a-dia os encargos da maternagem ainda caem sobre ombros femininos. A partir daí passamos a pensar nas redes sociais informais formadas por estas mulheres em suas casas, produtoras de uma série de aspectos significativos que vão desde a solidariedade até conflitos entre os sujeitos participantes destas dinâmicas. O fato é que este modo de vida muito peculiar da sociedade brasileira vem, por longas décadas, isentando o Estado de suas responsabilidades para com os velhos, as mulheres e as crianças.

Tais práticas também resultam em acidentes domésticos, e trabalho infantil, isto um reflexo da falta de serviços como creches e escolas em larga escala para a população. Neste ínterim, localizamos as dificuldades de informação e acesso aos métodos contraceptivos, luta antiga dos movimentos feministas. Direitos de todo nós, sexuais, reprodutivos e humanos.

Enquanto estas redes sociais permanecem no campo da invisibilidade, padrões e modelos de pobreza continuam a ser mistificados, pelos efeitos da globalização, pela cultura de gênero de países periféricos, e, agora em debate, pela "bioética de zonas limites", que restringe os problemas de reprodução humana a debates de cunho individualista, religioso. Deixando em evidência apenas os avanços deste campo em uma ótica de mercado, exemplo disso é a ênfase em assuntos como alimentos transgênicos, pesquisa com células-tronco, técnicas avançadas de fertilidade. Muitos desses já são debatidos no Brasil, sem maior acompanhamento dos segmentos sociais.

Talvez esta seja a hora de se pensar na bioética do cotidiano, aquela que também fala da expressiva mortalidade materna decorrente de abortos clandestinos e das doenças de parto ocasionadas pelo não acesso à contracepção.

Para que este debate seja feito em cima das questões emergenciais de milhares de indivíduos, no que diz respeito a reprodução e qualidade de vida, torna-se necessário rever as grandes questões sociais, como a extrema desigualdade social brasileira e de países periféricos, repensando novas formas de inserção social e ambiental.

Seminário em Maricá debate Plano Diretor

Será realizado de 17 a 19 de novembro, em Maricá, o I Seminário de Dinâmica Urbana e Ambiental, voltado para debater diferentes temas e a elaboração do Plano Diretor Municipal, além de contribuir para a atualização dos professores do ensino fundamental e médio a respeito da realidade do município. A programação inclui visitas guiadas para as escolas, exposição de trabalhos na forma de painéis e comunicações orais e mesas-redondas. O Seminário é realizado pela Universidade Federal Fluminense - PROEX, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FPP, Associação Maricaense de Engenheiros e Arquitetos - AMEA, e Faculdade de Formação de Professores - DGEO. Informações e inscrições constam do site <http://geocities.yahoo.com.br/encontromarica>.

Projeto estimula acolhimento de crianças em risco

Foi iniciado em 20 de outubro, em Niterói, o Projeto Acolhimento Familiar. A família acolhedora receberá em sua casa, por tempo determinado, a criança ou o adolescente que, por estar em situação de risco, precise se afastar do convívio com a própria família, até que haja condições de reintegração. As famílias acolhedoras receberão ajuda e acompanhamento, e deverão participar dos cursos básicos e de capacitação que serão oferecidos. Após o processo de reintegração, a equipe técnica continuará acompanhando a família por um ano. Os telefones para informações e cadastramento são: 2524-1073 (Terra dos Homens) e 2629-1213 (Secretaria Municipal de Assistência Social), código 21.

Serviço Social presente na Semana da PROEX

Através de diversos projetos e atividades, o Núcleo de Pesquisa História sobre Proteção Social (NPHPS) e o Núcleo de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (NUDHESC), da Escola de Serviço Social da UFF, participaram ativamente da X Semana de Extensão da Agenda Acadêmica da Universidade Federal Fluminense. As participações programadas são as seguintes:

Mesas de debates (Campus do Gragoatá):
9/11, 17h: Mães em Luta: Ética e Solidariedade na América Latina.
10/11, 14h, Bloco C, Sala Ismael Coutinho: Infância e Juventude na América Latina.

10/11, 16h, Bloco B, Auditório Macunaíma: A política de atendimento sócio-educativo para adolescentes em conflito com a lei - uma questão de direitos humanos.

Comunicações Orais (todas no Campus do Gragoatá, bloco E):
8/11, 9h, sala 212: Coletânea Olhares - Criança e Adolescente.
8/11, 9h, sala 403: Revista MaisHumana: Direitos Humanos, Ética e Cidadania.
8/11, 9h, sala 214: Informatização e modernização do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social e do Centro de Referência Documental/ESS.

9/11, 9h, sala 203: Enfrentamento da violência sexual e exploração contra criança e adolescente; e O Planejamento Estratégico como forma de enfrentamento da violência contra a mulher.

Também estarão sendo apresentados, em **Tendas** montadas no Gragoatá, o livro Olhares - Criança e Adolescente, dia 8/11, e a Revista Mais Humana, dia 9/11, das 14h às 17h, publicados pelo NPHPS/PROEX. Na tenda também será exibido, dia 8/11, entre 15h e 17h, o pôster do Projeto Revista Mais Humana: Informação, Democratização e Direitos Humanos.

Mesas aprofundam discussões

Diversas mesas de debate fazem parte da X Semana de Extensão da PROEX-UFF.

A mesa "A política de atendimento sócio-educativo para adolescentes em conflito com a lei - uma questão de direitos humanos" propõe-se a debater a situação atual das políticas públicas direcionadas para o adolescente em conflito com a lei, no que diz respeito às atribuições das instâncias envolvidas no processo de execução das medidas sócio-educativas, especialmente em relação à municipalização das ações e a insuficiência de programas de formação continuada para o atendimento especializado ao adolescente cumprindo medidas sócio-educativas e aos seus familiares. A oferta irregular de programas de atendimento sócio-educativo em meio aberto não tem conferido o desenvolvimento de uma ação sócio-educativa sustentada pelos princípios dos Direitos Humanos defendidos pelo ECA.

Estão convidados como debatedores: Dr. Paulo Marques, Coordenador Geral da Subsecretaria de Direitos Humanos e da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Dr. Evandro Steele, Secretário de Estado da Infância e Juventude do Rio de Janeiro; Dra. Eliana Athayde, Coordenadora da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Profa. Tiana Sento Sé, Presidente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente - RJ; Dr. Leonardo Brandão, Subsecretário dos Direitos Humanos do Município de Niterói. A mesa será mediada pela Profa. Dr^a Nívia Valença Barros, Coordena-

nadora do Núcleo de Direitos Humanos e Sociais e Cidadania da Escola de Serviço Social/UFF. A Coordenação será de Ana Ribeiro, Membro da Secretaria Executiva do Fórum DCA Niterói.

A mesa "Mães em luta - ética e cidadania" surgiu a partir do entendimento de que, cada vez mais, as mulheres estão saindo do que seriam os seus papéis tradicionais de gênero e de seus espaços no mundo privado para adentrarem no mundo público. O crescimento da violência tem contribuído nesse sentido. Estas pesquisas se iniciaram ainda nos anos 90, estudando as mulheres que ficaram conhecidas como as Mães de Acari. Prosseguiram nos anos 2000, conhecendo outras mulheres que, a partir da violência sofrida por seus filhos, partiram para um movimento de contestação e de busca por um mundo melhor. Essa mesa traz para o debate dentro da Universidade algumas mulheres que - repudiando um destino de classe e gênero - construíram formas de enfrentamento à violência sofrida por elas.

Promoverão o debate Maria da Conceição Andrade Paganele dos Santos, do movimento Amar, de São Paulo; Mônica Suzana da Silva Cunha, do movimento Moleque, do Rio de Janeiro; Vera Lúcia Flores Leite, do movimento Mães de Acari; a Profa. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas, da Escola de Serviço Social/UFF, que em seu doutorado estudou o movimento das Mães de Acari. Vilnia Batista de Lira, Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social/UFF, fará a coordenação.

NUDHESC

As ações desenvolvidas desde 1999 pelo Projeto Ética e Cidadania resultaram na criação, em maio de 2005, do Núcleo de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania - NUDHESC, sediado na Escola de Serviço Social da UFF. O NUDHESC, que trabalha em parceria com o NPHPS, tem natureza acadêmica e caráter interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional. Sua atuação estende-se a atividades de ensino, pesquisa e intervenção em âmbito local, nacional e internacional, que estejam comprometidas com a construção e consolidação dos direitos humanos e da cidadania.

www.uff.br/maishumana